

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO ESTRATÉGIA PARA A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Isabelle Aparecida Dellela Blengini¹

Maria Alice Martins de Ulhôa Cintra

RESUMO

A questão ambiental vem sendo discutida amplamente, pois sabe-se que vivenciamos uma crise sistêmica. Segundo LAGO (1984) é necessário, levando-se em conta o conjunto dos fatores ecológicos e sociais, definir que tipo de crescimento é socialmente desejável e ecologicamente sustentável. Assim, a educação ambiental (EA) surge como estratégia possível para o enfrentamento da crise civilizatória de dupla ordem, cultural e social (SORRENTINO, 2005). O projeto "Unidade de Conservação da Serra da Jiboia: Uma estratégia para conservação no extremo norte do Corredor Central da Mata Atlântica" financiado pelo Tropical Forest Conservation Act (TFCA) através do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), executado pelo Grupo Ambientalista da Bahia com parceria da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), tem como objetivo realizar estudos

1 Grupo Ambientalista da Bahia – Gambá
Email: belle_biologia@yahoo.com.br

para fundamentar a possível criação de uma ou mais Unidades de Conservação que protejam a área de remanescente florestal, no recôncavo sul baiano. Entendendo que o indivíduo somente é motivado a participar quando se identifica com a questão ambiental (TÓRO-TONISSI, 2005), o projeto criou um espaço para que a participação ocorra e seja legítima, seguindo os modelos usados em UCs. Foram os seguintes passos: a) Criação de um conselho gestor (CG) do projeto mobilizando organizações da sociedade civil, setor privado e setor público dos cinco Municípios do entorno da Serra da Jiboia e universidades, b) Criação e aprovação do Regimento Interno do CG e c) Criação de Grupos de Trabalho (GTs) para disseminação das informações do projeto. Foram formados 6GTs, um em cada município e um das universidades. Através da mobilização social realizada, pode-se dizer que existe uma rede de proteção da Serra. Isso resulta em fato positivo para uma futura criação de UCs na área. Acreditamos ser esse nosso maior ganho no processo desse projeto: a possibilidade de construir um espaço participativo de construção da cidadania ecológica.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Unidade de Conservação e Áreas Protegidas.

INTRODUÇÃO

A criação de áreas naturais protegidas é uma das estratégias mundialmente adotadas pela política de conservação da biodiversidade. Apesar do relevante papel que as Unidades de Conservação – UCs desempenham no escopo das políticas ambientais, a sua criação pode gerar inúmeros conflitos que poderiam ser minimizados, caso houvesse uma maior participação das comunidades envolvidas.

Para a consolidação das Unidades de Conservação – UCs como espaços territoriais especiais, com critérios e normas particulares de criação, implantação e gestão, instituiu-se o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, por meio da Lei Federal n.º 9.985/2000, sendo regulamentado pelo Decreto Federal n.º 4.340/2002. Na Bah-

ia existem 157 UCs federais, estaduais e municipais (SEI, 2013). As Unidades de Conservação estaduais são geridas por meio da Diretoria de Unidades de Conservação - DIRUC, integrante do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA, autarquia vinculada à Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia – SEMA.

Uma benéfica inovação do SNUC é a previsão de participação da sociedade através dos conselhos gestores – consultivos e deliberativos, conforme a categoria – que assessoram a gestão da unidade. Tais conselhos devem ter representação paritária de órgãos públicos e da sociedade civil, contribuindo para a transparência da gestão da UC. Os Conselhos Gestores das UCs são uma exigência da Lei nº 9.985/2000. A Lei Federal foi reforçada pela Lei Estadual nº 10.431/2006, que institui a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia e dá outras providências, sendo regulamentada pelo Decreto nº 11.235/2008 (BAHIA, 2008).

Na Bahia, o referido decreto nº 11.235/2008 indica que os Conselhos de UCs devem ter representação dos órgãos públicos, da sociedade civil e de empreendedores locais, ou seja, a iniciativa privada não é incluída como sociedade civil para fins de paridade como o SNUC considera. Os Conselhos Gestores devem seguir e respeitar os princípios de: a) Legalidade; b) Legitimidade; c) Representatividade; d) Paridade (BAHIA, 2008, *Ibidem*).

Para que ocorra uma ação efetiva destes conselhos deve-se ter um envolvimento direto na gestão cotidiana da unidade de conservação. O papel de um Conselho Gestor é contribuir para a proteção da Unidade de Conservação, acompanhando e opinando sobre seu funcionamento, identificando os problemas e propondo a melhor maneira de resolvê-los. Para isso, é preciso pensar em estratégias que estimulem as pessoas que vivem no entorno das UCs a participar do planejamento destas áreas como forma de estabelecer novos pactos de relação e de gestão que primem pela inserção da conservação e da sustentabilidade como aspectos essenciais dos processos de decisão.

A Gestão participativa das UCs, em convergência com o que defende a Política Estadual de Educação Ambiental - PEEA (LEI ESTADUAL DA BAHIA nº 12.056/11) a respeito da temática, pode

converter-se em oportunidade para a inserção da EA por meio da articulação política e ação socioeducativa que institua espaços de tomada de decisão coletiva com vistas ao gerenciamento dos conflitos e a promoção da conservação da biodiversidade local. Desta forma, esse espaço legítimo do Conselho Gestor da Unidade pode se transformar em um espaço educador sustentável, possibilitando a troca de saberes e propiciando o diálogo, tornando-se um local democrático, tendo como premissas a não existência de saberes mais importantes, tampouco a hierarquia de conhecimentos.

Dentro da Política Estadual de Educação Ambiental e também no Programa de Educação Ambiental da Bahia, esse tema é contemplado tendo como finalidade o fortalecimento das ações existentes, assim como praticar novos projetos no que diz respeito "à educação ambiental dentro de UCs e em seu entorno," (BAHIA, 2013, p. 75). Neste sentido, algumas estratégias para a implementação da EA em UCs foram elaboradas "respeitando a territorialidade e especificidades dos biomas Cerrado, Caatinga ou Mata Atlântica" (Ibidem, 75).

É nesse sentido que a participação ativa de todos os envolvidos no processo de criação e definição de uma Unidade de Conservação necessita antecipar sua implementação, visto que essa participação se dar-se-á após sua instituição através do Conselho Gestor da Unidade de Conservação. Dessa forma ao se pensar na UC a ser criada, define-se que ela será pensada de forma participativa, respeitando a todos, e para isso se busca no campo da Educação Ambiental as estratégias para chegar nesse resultado positivo.

HISTÓRICO DO GRUPO AMBIENTALISTA NA SERRA DA JIBOIA

Há trinta anos o Grupo Ambientalista da Bahia – Gambá vem desenvolvendo ações de proteção ambiental no Estado da Bahia e realiza ações demonstrativas ambientais de conservação e de reflorestamento da Mata Atlântica há cerca de 20 anos na região do Recôncavo Sul Baiano, principalmente na Serra da Jiboia e no seu entorno. Desde 1996 o Gambá, instalado na Reserva Jequití-

bá, situada na Serra da Jiboia, Município de Elísio Medrado/BA, passou a desenvolver projetos na Serra da Jiboia. Inicialmente através do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG-7), Subprograma Mata Atlântica (PDA), do Ministério do Meio Ambiente – MMA, através do qual atuou na região até 2009. A partir de 2000 o Gambá começa a consolidar o Centro de Pesquisa e Manejo da Vida Silvestre do Gambá – CPMVS. A Reserva Jequitibá recebeu em 2002 do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – CNRBMA/UNESCO, o título de Posto Avançado Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, pela importância dos projetos ali desenvolvidos pelo Gambá. Entre os anos de 2007 a 2012 as ações desenvolvidas em prol da conservação da Serra da Jiboia foram através dos Projetos: “Conservação dos Recursos Hídricos e da Biodiversidade da Serra da Jiboia” (2007 a 2009), financiado pelo Programa PPG7/PDA do MMA e Projeto Ações Ambientais Sustentáveis no Recôncavo Sul Baiano (2010 a 2012), com foco principal no entorno da Serra da Jiboia, patrocinado pela Petrobras, através do Programa Petrobras Ambiental.

Esses projetos de conservação do Gambá são desenvolvidos através do seu Centro de Pesquisa e Manejo da Vida Silvestre – CPMVS, e conta com uma infraestrutura formada por escritório, galpão de serviços, depósito e almoxarifado, galpão para atividades de capacitação e educação ambiental, viveiros e sementeiros para produção de mudas nativas, viveiros para reabilitação de animais silvestres, quarentenário, despensa para armazenamento de alimentos dos animais, um veículo e outros equipamentos. Durante estes anos de atuação na região, o Gambá desenvolveu metodologias de articulação e mobilização comunitária para conservação dos recursos naturais, que beneficiou diretamente as comunidades locais através da recuperação de nascentes e indiretamente em suas atividades produtivas. Construiu e fortaleceu relações de parcerias com atores importantes da região como Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STR; Associações Comunitárias de pequenos produtores e de moradores; Igreja Católica e Batista; Órgãos do Poder

Público com ação local como Prefeituras Municipais; órgãos regionais de assistência rural e fiscalização ambiental como EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Regional Agrícola, CAR – Companhia de Ação Regional, EMBASA – Empresa Baiana de Saneamento, Ministério Público Estadual, Polícia Militar, Órgãos e Instituições Federais como IBAMA, Escolas Agrotécnicas Federais, CHESF, UFBA, UFRB, UESC, e Banco do Nordeste.

Neste momento, desde junho de 2014, o “Projeto Unidade de Conservação da Serra da Jiboia: Uma estratégia para conservação no extremo norte do Corredor Central da Mata Atlântica” atua na região do Recôncavo Sul Baiano e envolve os municípios de Elísio Medrado, Castro Alves, Santa Teresinha, São Miguel das Matas e Varzedo. Tem como objetivo geral, a caracterização socioeconômica e ambiental da Serra da Jiboia e do seu entorno para subsidiar a possível criação de Unidade (s) de Conservação. Os resultados esperados são: Compilação e Sistematização das pesquisas e levantamentos existentes sobre o meio biótico (flora e fauna), sobre o meio abiótico (físico e hidrografia), sobre os aspectos socioeconômicos da Serra da Jiboia e do seu entorno; a Caracterização com pesquisas de campo, da geologia, geomorfologia, pedologia, hidrologia da Serra da Jiboia, compilando os dados existentes e os dados levantados em campo durante o projeto; Caracterização da Cobertura Vegetal, (florística/fitossociologia), da fauna (invertebrados aquáticos, mamíferos, aves), dos aspectos socioeconômicos dos municípios que compõem o entorno da Serra da Jiboia, também serão compilados e levantados em campo. Serão produzidos: Um Mapa atual do uso e ocupação do solo e da Cobertura Vegetal, para ser utilizado como base para a delimitação dos limites da Unidade de Conservação, em escala de até 1:10.000 e Mapas Temáticos de Zoneamento da Unidade de Conservação proposta para a Serra da Jiboia e seu entorno na escala de 1:10.000, bem como mapas do Meio Físico. Todos os resultados serão compilados e sistematizados para fundamentar a criação de Unidade (s) de Conservação e deverá ser apresentado ao público em geral através de consultas públicas a serem realizadas pelos órgãos competentes. O Gambá está mobilizan-

do e articulando os gestores públicos, setor privado e sociedade civil organizada dos 5 municípios que compõem o entorno da Serra da Jiboia, para participação nas consultas públicas e para apoiar a realização dessas referidas reuniões.

Importância da Serra da Jiboia : História e Biodiversidade

O Recôncavo Sul Baiano originalmente era coberto por Mata Atlântica diante da problemática ambiental, nota-se a perda dessa vegetação. Esta situação alarmante é reflexo de seu povoamento intenso, que vem transformando suas paisagens desde a época do Brasil Império. Um relevante maciço serrano desta região que ainda guarda importantes remanescentes de Mata Atlântica é a Serra da Jiboia, uma região de transição entre a Mata Atlântica e a Caatinga (CARVALHO-SOBRINHO et al. 2005), o que torna a vegetação ainda mais peculiar. O maciço serrano da Serra da Jiboia localiza-se na região do Recôncavo Sul da Bahia estende-se por cinco municípios: Elísio Medrado, Santa Teresinha, Castro Alves, Varzedo e São Miguel das Matas. É formada por elevações de até 820 metros de altitude, com morros profundamente escavados pela drenagem, com vertentes íngremes e convexas, onde se observam afloramentos de rochas. Em termos vegetacionais a Serra da Jiboia apresenta duas formações florestais do domínio da Mata Atlântica, em suas escarpas, e na base da serra apresenta-se rodeada pelo domínio da Caatinga (VELOSO et al. 1991). Sendo que a vertente oriental da Serra, mais úmida, por receber os ventos do litoral, é recoberta por fragmentos de Floresta Ombrófila Densa. Já a vertente ocidental, voltada para o interior e conseqüentemente mais seca é recoberta por Floresta Estacional Semidecídua (SANTOS, 2003). Nos topos de algumas das montanhas mais altas da Serra da Jiboia são encontrados afloramentos de rochas graníticas que sobre eles encontra-se uma vegetação rupícola herbáceo-subarbusciva, com poucos arbustos.

A Serra da Jiboia contribui para a formação de três bacias hidrográficas. Os mananciais com origem na vertente oeste e sul, 11 cursos d'água perenes, integram a bacia hidrográfica do Rio Ji-

quiriçá, destacando-se o riacho do Jacutinga. Na vertente leste, brotam 13 cursos d'água perenes, destacando-se o Rio Preto e o Rio da Dona, que integram a bacia do Rio Jaguaripe. Na vertente norte está localizada a bacia hidrográfica do Rio Paraguaçu. Estas bacias hidrográficas têm importância direta para o desenvolvimento econômico e social de 33 municípios.

Historicamente, a partir de 1531, a região do Recôncavo Sul Baiano foi rota dos colonizadores através do Rio Paraguaçu. Subindo a partir da foz, encontraram resistência dos aguerridos índios Payayás, da nação Tupi - Guarani. Desviaram-se então, seguindo por terra, adentrando pelos vales formados ao pé da Serra da Jiboia. Encontrando fartura de recursos naturais, água, madeira, caça abundante, clima ameno, instalaram postos de apoio para as expedições. Mas, ao pé da Serra, habitavam índios Kiriris – Sapuyás e Caranguejos, hoje território dos municípios de Santa Terezinha e Elísio Medrado. Pois que, travaram sangrentas batalhas até meados de 1800, quando foram subjugados pelas forças do governo. Hoje, ainda são encontradas na Serra da Jiboia ruínas de cemitérios indígenas, urnas mortuárias, artefatos diversos, barricadas de pedra construídas pelos silvícolas para defesa, que emprestam a Serra do Guarirú, valor histórico antropológico inestimável.

A diversidade biológica da Serra da Jiboia vem despertando cada vez mais o interesse dos cientistas e instituições de pesquisa que tem comprovado a importância da sua riqueza e diversidade biológica.

O levantamento preliminar da fauna vertebrada realizado na Serra da Jiboia, especialmente na área da Reserva Jequitibá e seu entorno, registrou a ocorrência de aproximadamente 300 espécies de animais silvestres entre mamíferos, aves, répteis, anfíbios e peixes.

Deste universo foram encontradas na Serra da Jiboia, 9 espécies de mamíferos, 2 espécies de aves e um réptil espécies da fauna silvestre que constam da Lista das Espécies da Fauna Silvestre Brasileira Ameaçada de Extinção; e 16 espécies endêmicas da Mata Atlântica.

Os estudos divulgados sobre a flora da Serra da Jiboia identificaram quatorze (14) espécies de plantas endêmicas da Mata Atlântica, dentre as quais quatro relacionadas na Lista Oficial da

Flora Silvestre Brasileira Ameaçada de Extinção. Identificou-se também 06 espécies restritas a Serra da Jiboia. Com os estudos de caracterização do Meio Biótico esses números certamente serão elevados, pois porções relevantes do complexo serrano ainda não foram inventariados.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO ESTRATÉGIA PARA CONSERVAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS (APS)

Buscando respeitar e fortalecer as diretrizes presentes, além do que consta nas diretrizes da Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEAM/IBAMA), na Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instaurada pela Lei Federal nº 9795/99, e no Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), no disposto na Lei Estadual da Bahia nº 12.056, de 07 de janeiro de 2011, que instituiu a Política Estadual de Educação Ambiental, notadamente, seus princípios, objetivos e diretrizes, em especial, capítulo VII, do Artigo 27 e seu o Programa de Educação Ambiental na Bahia PEA- BA, manifesta-se a seguir qual campo da EA pretende-se .

Nessa perspectiva, a Educação Ambiental tem relevante papel na construção do sentimento de pertencimento local e visão global, uma vez que constitui um processo permanente, no qual os indivíduos têm chance de tomar consciência do seu meio ambiente e de adquirir o conhecimento, os valores, as habilidades, as experiências que podem torná-los aptos a agir, individual e coletivamente, na busca de resguardar os ecossistemas prevenindo os problemas ambientais e solucionando conflitos. Essa Educação Ambiental (EA) deve favorecer a participação de todos os setores e atores nas discussões de APs, tanto na definição da sua área, como na dimensão de seus limites, no plano de manejo e também na implementação de tal plano, como preconiza a lei.

No Brasil, temos uma lei específica para EA denominada Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Caracterizando a educação ambiental no Capítulo I, Art. 1º, como:

[...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Compreendemos, conjuntamente com Dias (2003), que essa lei deve ser utilizada como instrumento na expansão dos nossos direitos e deveres em relação aos processos de EA. Destarte, uma vez legitimada a esfera da educação ambiental, no âmbito da lei, emerge uma nova exigência de escolha ético-política, na sua efetivação de forma prática. Pois, compreende-se que a definição da educação como ambiental seria apenas o primeiro passo, porém, ainda insuficiente se queremos avançar na construção de uma práxis, pensada e fundamenta (CARVALHO, 2004).

Com isso, se tem a intenção de realizar a prática da EA, nos ideais democráticos e emancipatórios do pensamento crítico aplicado à educação. No Brasil, estes ideais foram constitutivos da educação popular, a qual rompe com uma visão de educação tecnicista, caracterizada por ter processos educativos voltados para preceitos fabris, e convoca a educação a assumir a mediação na construção social de conhecimentos implicados na vida dos sujeitos.

Paulo Freire, uma das referências fundadoras do pensamento crítico na educação brasileira, destaca, em toda sua obra, a defesa por uma educação que forme sujeitos sociais emancipados, isto é, autores de sua própria história (CARVALHO, et al. 2004 Ibidem).

Dessa forma, entende-se que para a educação ambiental crítica, a prática educativa é a formação do sujeito humano enquanto ser individual e social, historicamente situado e inovador, estimulando o desenvolvimento de uma consciência que possa gerar atitudes capazes de transformar os comportamentos e a relação da formação do sujeito.

De acordo com Carvalho (2004 Ibidem), a passagem da educação tradicional, para um novo paradigma educacional, parece ser um dos caminhos de transformação que desponta da con-

vergência entre mudança social e ambiental. Pois, ao resignificar o cuidado para com a natureza e para com o outro ser humano, com atitudes baseadas em valores ético-políticos, a educação ambiental crítica afirma uma ética ambiental, balizadora das decisões sociais e reorientadora dos estilos de vida coletivos e individuais. Com essa nova consciência educacional, delineiam-se novas racionalidades, constituindo os laços identitários de uma cultura política ambiental, com objetivo de promover mudanças de caráter social, político e humano.

De acordo com o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (ECO 92):

[...] a educação ambiental deve promover a cooperação e o diálogo entre indivíduo e instituição, com a finalidade de criar novos modos de vidas, baseados em atender as necessidades básicas de todos, sem distinções étnicas, físicas, de gênero, idade, religião, classes ou mentais.

Portanto, é de fundamental importância a troca de conhecimentos, estabelecendo pontes e relações, potencializando as informações para a melhora da qualidade de vida de todos, pois como destaca Freire (2002, p.68)

[...] Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo [...] estabelecimento de uma ligação entre todos com o ambiente, de forma que participem do processo de mudanças no cotidiano em ações diretas.

Por isso, ao se falar em EA, segundo o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, deve-se pensar em um processo educativo e dinâmico, em permanente construção, que propicie a reflexão, o debate e sua própria modificação. Logo, esse processo transformador precisa ser realizado por meio do envolvimento pessoal, das comunidades e nações para criar sociedades sustentáveis.

A abordagem, pautada na perspectiva crítica, é de grande importância na sociedade contemporânea, pois considera o ser humano de forma integrada ao meio ambiente. Destarte, de acordo com Tóro-Tonissi (2005 Ibidem):

[...] O indivíduo somente sente-se motivado a participar quando se identifica com a questão ambiental, quando compreende a relação desta com sua vida e se vê como um importante ator capaz de influenciar e alterar uma determinada situação. Somente quando acredita em seu poder de transformação da realidade, o indivíduo sente-se co-responsável por essa mudança.

Para que ocorra a construção de sociedades sustentáveis é necessária a formação do sujeito ecológico, crítico em suas atitudes e com potencial de transformação (BLENGINI, et al. 2012a). A participação efetiva do indivíduo é de extrema importância para transformar sua realidade e buscar a mudança no sistema social atual.

A preocupação com o meio ambiente, que aumenta em função de uma nova visão das relações entre sociedade e natureza, deve ser efetiva e com olhar holístico, tendo como alvo a mudança de posturas e comportamentos no modo de viver. Para que essa preocupação seja consciente é necessária a realização de uma educação ambiental, crítica, emancipatória e transformadora, com finalidades de proporcionar uma alfabetização ecológica (UNGARÓ et al., 2007).

Nesse contexto, a educação ambiental deve fazer a combinação de práticas pedagógicas formais e informais, possibilitando o aumento de conhecimento e a mudança de valores, bem como o fortalecimento da relação ser humano/natureza, contribuindo para a conscientização dos indivíduos sobre a importância da conservação e qualidade do ambiente (BLENGINI et al, 2012b).

DESENVOLVIMENTO

No campo da Educação Ambiental a participação possibilita a implicação direta dos atores sociais no conhecimento, prevenção e enfrentamento dos problemas e conflitos socioambientais. E a adoção de metodologias participativas proporciona um aprendizado prático em contato direto com a realidade local.

Considerando a importância da participação de todos os envolvidos na discussão da possível criação de uma ou de um mosaico de Unidades de Conservação, tal projeto, seguiu os seguintes passos;

1 – Criação de um Conselho Gestor do projeto;

Foram mobilizadas e convidadas as organizações da sociedade civil local, setor privado e do setor público e dos 5 Municípios do Entorno da Serra da Jiboia e universidades com pesquisa na área, para compor o Conselho Gestor do projeto.

Tal conselho se reúne a cada dois meses.



Figura 01- Estrutura do Conselho Gestor

Todas as reuniões do Conselho Gestor são registradas em Atas e sistematizadas em documentos específicos e listas de presença.

2 – Criação e aprovação do Regimento Interno (RI) do Conselho Gestor (CG).

Para organizar e definir a estrutura do Conselho Gestor do Projeto foi discutido e aprovado pelo conselho o RI que traz a seguinte estrutura; Capítulo I – DA NATUREZA; Capítulo II – DA FINALIDADE; Capítulo III – DA COMPOSIÇÃO E PARTICIPAÇÃO; Capítulo IV – DA ORGANIZAÇÃO, Capítulo V – DO FUNCIONAMENTO e Capítulo VI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

3- Grupos de Trabalho para disseminação das informações sobre o projeto.

Foram formados 06 (seis) GTs, um de cada um dos cinco municípios da abrangência do Projeto e um GT formado pelas universidades que atuam na área. Esses GTs são abertos às pessoas de outros municípios que queiram participar.

Art. 11 do RI – São atribuições dos GTs:

[...]

- I. Divulgar as ações do Projeto;
- II. Colaborar com o planejamento e a realização de eventos de "Rodas de Conversa" com as pessoas interessadas e a equipe do Projeto, a serem realizadas uma em cada município de abrangência do Projeto e uma em alguma universidade, para apreciação das temáticas abordadas pelo Projeto.

Nestas reuniões, a sociedade funciona como instrumento de controle social, ao passo que servem como veículo para o empoderamento dos sujeitos e atores das comunidades locais sobre a criação da(s) futura(s) UC(s), além de divulgar e socializar as ações realizadas pelo Projeto.

Participação implica num esforço para garantir o envolvimento, o diálogo e a busca do compromisso por parte de todos aqueles que serão afetados por uma ação, projeto ou serviço. Principalmente daqueles setores da população para os quais se dirigem os impactos da ação e que, tradicionalmente, são excluídos dos processos de decisão que afetam suas vidas. Apesar disso, é essencial conhecer e respeitar as diversas visões acerca dos problemas e suas possíveis soluções.

Este é um processo que fortalece o aprendizado e o exercício da democracia, pois ensina a todos os sujeitos envolvidos a ouvir e respeitar opiniões divergentes e a lidar com a existência de conflitos de opiniões e interesses.

Segundo Toro e Werneck (Ibidem, p. 20), o primeiro passo no planejamento de um processo desse tipo diz respeito à "expli-

citação dos propósitos da mobilização - a formulação de um imaginário", que deve expressar o seu sentido, bem como a sua finalidade. Os autores ressaltam que, antes de tudo, o processo deve tocar a emoção das pessoas, uma vez que não deve ser só racional, mas ser capaz de despertar a paixão. Como afirmam os autores: "A razão controla, a paixão move".

Para que o processo de mobilização seja implementado de forma adequada é preciso que as propostas de atuação: i) sejam claras e realistas; ii) respeitem os limites da atuação de cada um, mas não sejam conservadoras e que contribuam para abrir caminhos para novas visões; iii) não sejam explicitadas e/ou percebidas como cobrança, como responsabilização; e iv) sejam estimulantes (Ibidem, p.26).

Para se possibilitar uma real participação nesse projeto foi criado espaço definido para que ela ocorra e seja legítima seguindo o próprio modelo usado em UCs.

O resultado preliminar aqui discutido se trata da importância da mobilização social e educação ambiental, principalmente quando se trata de um assunto delicado como a criação de UCs, uma vez que há pessoas que habitam essa área em debate, sendo através do diálogo e da troca de conhecimento que se busca um caminho possível para a proteção da Serra da Jiboia.

Percebe-se que diante da atuação do Grupo Ambientalista da Bahia – Gambá, que já desenvolve um trabalho de sensibilização sobre a importância da Serra da Jiboia, muitos moradores reconhecem o valor natural da Serra, sendo muito comum a fala de conselheiros do projeto sendo favorável a criação de áreas de proteção ambiental na localidade, porém muitas dúvidas sobre como será esse processo ainda estão no ar.

Nas reuniões do CG, espaço participativo, se buscasse esclarecer tais dúvidas trazendo sempre informações dos estudos que estão sendo realizados para análise e posterior definição da (s) categoria (s) de UCs que pode ser proposta e implementada na

área. Ficando claro que essas informações levantadas, devem ser aprofundadas nesse espaço democrático e participativo.

Nas reuniões dos GTs já se tem como um dos objetivos a preparação para as consultas públicas, sendo que já é sabido que a criação de tal UC não será competência do Gambá, mas sim do poder público em questão, ou seja, Icmbio (Federal), INEMA (Estadual) ou Prefeituras (Municipal).

Mobilizar é fazer com que várias pessoas se motivem a participar e atuar para um determinado fim, essa tarefa, não fácil diante do descrédito de muitos sobre a participação, é a função do CG desse projeto. É dar voz aos atores para que participem ativamente. Quando se faz o trabalho da escuta de todos os setores se se busca a diminuição de futuros conflitos. Nesse sentido, sendo a EA o processo pelo qual se educa através da prática e da realidade de cada um, todos os saberes são valorizados, fazendo com que se diminuam os possíveis conflitos. Quanto mais as comunidades são ouvidas, melhor será a qualidade do processo participativo que se instala.

Diante de tantos fatores de pressão sobre a Serra esse projeto tem conseguido resultados positivos, pois conta hoje com um amplo diálogo com diversos setores da região e, cada vez mais, aponta para a conservação da área.

CONCLUSÃO

Conclui-se que o trabalho realizado na área da Serra da Jiboia há quase duas décadas pelo Grupo Ambientalista da Bahia, vem trazendo resultados positivos em relação a conservação da área. Porém ainda existem diversos desafios a serem superados, um deles é dar continuidade aos projetos, já que como ONG o Gambá desenvolve projetos a partir de financiamento de editais, tendo um futuro sempre incerto, entretanto mesmo diante de dificuldades continua lutando pela proteção da Serra.

Outro fator importante a ser considerado é que através da mobilização social que está sendo realizada na área envolvendo

moradores, poder público, sindicatos, instituições de ensino entre outros, já demonstram uma sensibilização para uma futura criação de UCs na área. Com as pesquisas finalizadas sobre a área haverá uma fundamentação maior para garantir ainda mais a proteção dessa Serra.

Os desafios são muitos, porém segundo Layrargues (2002), o maior desafio e a tarefa prioritária da educação ambiental no processo de gestão ambiental consistem na possibilidade de, sem negar os conflitos existentes, mas mediando-os democraticamente, instaurar acordos consensuais entre os agentes sociais, por meio da participação, do diálogo, do exercício e da construção da cidadania. Sendo esse nosso maior ganho no desenvolvimento desse projeto a possibilidade de fazer dele um espaço participativo e democrático e de construção da cidadania ecológica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA. Lei Nº 10.431 de 20 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia e dá outras providências.

BAHIA. Decreto Estadual nº 11.235/2008. Aprova o Regulamento da Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, que institui a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia, e da Lei nº 11.050, de 06 de junho de 2008, que altera a denominação, a finalidade, a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH e das entidades da Administração Indireta. Diário Oficial de 11 e 12 de outubro de 2008.

BAHIA. Lei nº 12056/11. Institui a Política Estadual de Educação Ambiental, e dá outras providências. Salvador, 2011.

BRASIL, Lei n. 9795, de 27 de abril de 1999: Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 28 abr. 1999.

_____. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Presidência da República Federativa do Brasil. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>.

BRASIL, Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Política Nacional de EA – Lei 9,795/99. Regulamento de PNEA – decreto 4.281/02 – 92.

BLENGINI, I. A. D. et al. (a) Trilhas interpretativas em educação ambiental: estratégia de conservação e uso sustentável da biodiversidade Universidade Federal da Bahia. In: FÓRUM BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 7., Anais digital, 2012, Salvador.

BLENGINI, I. A. D. et al. (b) Levantamento preliminar do conhecimento da comunidade universitária sobre fragmento florestal com potencial para projetos de educação ambiental no campus Ondina-U-FBA. In: FÓRUM BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 7., Anais digital, 2012, Salvador.

CARVALHO, I. C. de M. Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da educação.

In: LAYRARGUES, P. P. (Org.). Identidades da Educação Ambiental Brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

CARVALHO-SOBRINHO, J.G. & QUEIROZ, L.P. 2005. Composição florística de um fragmento de Mata Atlântica na Serra da Jibóia, Santa Terezinha, Bahia. Sitientibus.

DIAS, G. F. Educação ambiental: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2003.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LAYRARGUES, P. P. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org). Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 87-155.

VELOSO, H.P.; RANGEL FILHO, A.L.R. & LIMA, L.C.A. Classificação da Vegetação Brasileira, adaptada a um sistema universal. Rio de Janeiro, IBGE, 1991.

PADUA, S.M. Cerrado Casa Nossa: um projeto de educação ambiental do Jardim Botânico de Brasília. Brasília: UNICEF, 1997. 35 p.

POLIGNANO, M.V. História das políticas de saúde no Brasil: uma pequena revisão. Disponível em: http://internatorural.medicina.ufmg.br/saude_no_brasil.pdf Acesso em: 20 de maio 2012.

SANTOS, S.D. 2003. Lágrimas da Serra. Monografia do Curso de Especialização em Desenvolvimento Regional Sustentável. UNEB

TONISSI, R. M. T. Percepção e caracterizações ambientais da área verde da microbacia do córrego da Água Quente (São Carlos, SP) como etapas de um processo de Educação Ambiental. São Carlos (SP), 2005.

TORO, JOSÉ BERNARDO & WERNECK, NÍSIA MARIA DUARTE. Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

UNGARO, P.; SOUZA, J. G.; LEAL, A. C. Educação ambiental e educação infantil: a criança e a percepção do espaço Revista Brasileira de Educação Ambiental, Brasília, n.2, p. 53-62,2007.